

IMAGINÁRIO SOCIAL DE SEMI-ÁRIDO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES AMBIENTAIS: UMA PRÁTICA INTERCULTURAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Maria Sueli Rodrigues de Sousa (UFPI-PRODEMA/UESPI/FORD)

Maria Dione Carvalho de Moraes (UFPB/IFCH/UNICAMP)

GT 17 - Educação, Cultura e Sociedade

INTRODUÇÃO

O indivíduo, quando nasce, é apenas uma possibilidade. E no processo de vir a ser do indivíduo, emerge o imaginário social como força fundante e instituidora da cultura, através da qual o ser humano dá significado ao mundo por suas experiências, fazendo história, tecnologia, arte e a si próprio, construindo a sociedade, criando imagens, que são as representações sociais (CASTORIADIS, 1982).

Dentre as representações construídas no referido processo de instituição e fundação, estão as que o ser humano faz de si próprio, do outro, dos vínculos sociais, da natureza, de si com a natureza, do outro com a natureza, da relação entre cultura¹ e natureza e das relações sociais no processo de apropriação da natureza, pela simbolização, o que faz com que o mundo sócio-histórico-natural figure indissociavelmente entrelaçado com o simbólico, disposto numa rede de relações, não se esgotando nesta, mas sendo a mesma tomada como indispensável e fundamental para a existência e expressão do imaginário, através de suas imagens atuando como memória afetivo-social. Tais imagens representam algo, ou seja, possuem uma função simbólica e, inversamente, esta mesma função pressupõe a capacidade imaginária de evocar uma imagem (CASTORIADIS, 1982).

Nesse sentido, a capacidade de simbolizar se expressa pelo estabelecimento de vínculos entre termos, seres, coisas, de forma que um representa o outro. Nesse processo, estabelecem-se um significante, um significado e o vínculo entre os dois, resultando numa relação simbólica, que supõe a função imaginária (CASTORIADIS, 1982). Nesta, a imagem ou representação é a semântica, ou seja, o significado, que reagrupado, condensa a multiplicidade de sentidos que evoca (DURAND, 2002).

Desta forma, a capacidade de simbolizar favorece o estabelecimento dos vínculos que permitem às pessoas o desenvolvimento do sentimento de pertença, numa espécie de *continuum* inatingível, num tipo de compulsão para tornar-se semelhante às demais e a cada ser que compõe o ambiente² em que se encontram: os móveis, os imóveis, as árvores, os animais, num tipo de culturalização da natureza e naturalização da cultura (MAFESOLI, 2000).

O referido processo de pertencimento acomoda relações sociais e com a natureza, tendo seus momentos de crise e de acomodação, o que não significa o mesmo que equilíbrio e desequilíbrio. É um tipo de deslocamento dos lugares ocupados na relação, que provoca cisões, desequilíbrios, conflitos.

Em termos mais amplos, no momento atual, vivencia-se uma destas crises ou policrise em que muitas facetas do fenômeno se entrelaçam e se sobrepõem: crise do desenvolvimento; crise da modernidade; crise de todas as sociedades; uma espécie de agonia planetária, não apenas como a adição de conflitos tradicionais de todos contra todos, mas como crises de diferentes tipos somadas ao surgimento de problemas novos, sem solução, configurando-se num todo

¹ Cultura aqui é tomada como a forma própria de um povo viver (MORAIS, 1992)

² Ambiente aqui é tomado como exterioridades, o que se encontra ao nosso redor, conjunto de coisas que agem sobre nós e sobre os quais agimos (MORAIS, 1992).

que se alimenta de ingredientes conflituosos, críscos, problemáticos e que os engloba, ultrapassa-os e torna a alimentá-los (MORIN, 2002).

Na atual situação críscica, ganham notoriedade as ameaças produzidas pelo percurso da sociedade industrial, configurando-se a era pós-industrial como sociedade de risco (BECK, 1997), em que se vivencia a possibilidade de perigo com conseqüência de alta gravidade para seres humanos e meio ambiente. Tais perigos são gerados pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, produzindo os conflitos *bad's*³, em que a destruição ecológica é provocada pelo desenvolvimento industrial. Além disto, há os riscos *NBC* (*nuclear, biological, chemical*), as armas nucleares, biológicas e químicas e, especialmente, os riscos relacionados à pobreza, que vinculam habitação, alimentação, perdas de espécies e diversidade genética, energia, indústria e população. O contexto macro é a sociedade moderna ou semi-moderna, ou seja, a sociedade industrial impregnada com elementos de contramodernidade, não como sombra da modernidade. Tais processos incluem nazismo, comunismo, opressão das mulheres, guerras, militarização, com a sociedade se autoconfrontando, num processo de auto-destruição criativa e numa reinvenção da política, que não mais prega revoluções, desintegrações ou conspirações. Nesse sentido, a política emerge como se fosse uma renegociação, um redesenho, uma autotransformação, de modo que a macropolítica dá lugar à subpolítica difusa, moldando a sociedade de baixo para cima, o que resulta na perda de poder e de encolhimento da macropolítica, assim como substituição da oposição direita e esquerda por outras como seguro/inseguro, dentro/fora, político/não político (GUIVANT, 2001), com base em Beck (1997).

A sociedade em crise, ora apresentada, nasceu sob a égide da dicotomia urbano/rural, com o urbano sendo associado à modernidade e o rural a atraso ou tradicional, uma concepção que remonta aos pensadores gregos e à relação com os conceitos de cidadania. No entanto, a própria dicotomia vai se diluindo pelo consumo do rural pelo urbano, na medida em que avança o processo de modernização da sociedade (SAUER, 2002). Nesse sentido, ao se instalar o processo de crise, seus efeitos são estendidos ao rural não como o outro espaço, mas como continuidade do espaço urbano, a serviço deste, servindo-lhe de suporte, desconsiderando a existência dos territórios rurais, com suas peculiaridades, suas populações, seu modo de vida, suas experiências e seus saberes.

O objeto de estudo da presente pesquisa situa-se, no contexto críscico ora apresentado, na especificidade da crise eco-social, que brota da relação entre cultura e natureza, no espaço rural semi-árido, tratado como o suporte da vida urbana. Ali há uma área de preservação arqueológica e ambiental, o Parque Nacional da Serra da Capivara, que foi instalado numa espécie de usurpação de direitos à terra de populações locais que ali vivem e onde viveram seus antepassados, portanto, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. De fato, preservar neomitos em áreas protegidas com a exclusão total do ser humano volta-se para o deleite das populações urbanas, com o conseqüente afastamento forçado das populações tradicionais, em benefício de uma conservação ambiental que beneficia os visitantes urbanos, numa negação da tradição de saberes e fazeres patrimoniais (DIEGUES, 1996).

Foquei a crise relacionada ao processo de apropriação da natureza, ou seja, o conflito entre culturas na disputa pela apropriação da natureza, a partir do processo gerador da crise, na temporalidade cronológica, que se funde numa temporalidade intemporal⁴ e glacial, em que a relação ser humano e natureza é de longo prazo, projetando-se para trás e para frente

³ Efeitos do buraco na camada de ozônio, efeito estufa e os riscos que traz a engenharia genética para plantas e seres humanos (GUIVANT, 2001)

⁴ A referida temporalidade ocorre quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto (CASTELLS, 2000)

(CASTELLS, 2002), fazendo cruzar diversas temporalidades. Nesse entrecruzamento, encontram-se o espaço-tempo mundial, o cenário das relações internacionais no emergir da questão ambiental⁵; o espaço-tempo doméstico, o das relações familiares; o espaço-tempo da produção, o das relações sociais através das quais se produzem bens e serviços que satisfazem as necessidades efetivas; o espaço-tempo da cidadania, constituído pelas relações sociais entre Estado e os cidadãos. Neste espaço, configuram-se relações de poder, em que a dominação estabelece a desigualdade entre cidadãos e Estado e entre grupos de interesses contrastantes e conflitantes, no seio da comunidade, como conjunto de relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras (SANTOS, 2001).

Para isso, a pesquisa, metodologicamente, adotou a concepção de que o fenômeno social é passível de objetivação, sem deixar-se guiar, exclusivamente, por metodologias objetivistas ou probabilísticas, por meio das hipóteses estatísticas. Assim, buscaram-se instrumentos de análise compatíveis com o objeto de estudo. Nesse sentido, primou-se pelo contato direto com os sujeitos investigados, com ênfase na observação participante e na produção de narrativas orais, através de entrevistas semi-estruturadas, fundadas nos pressupostos teóricos da história oral (THOMPSON, 1998, FERREIRA; AMADO, 1996 e JUCÁ, 2003) e história de vida (BOURDIEU, 1996), empregados num estudo de caso para identificar, descrever e analisar, em termos de uma descrição densa, o imaginário social de semi-árido, na área investigada, com destaque para o papel da memória (BOSI, 2003), com vistas a reconstituir, no ato de lembrar pela recriação apresentada do passado através da lembrança, o caminho que conduz à representação que se tem do passado. Nesse sentido, memória narrativa foi tomada como dimensão cultural, composta de símbolos que demarcam a identidade de um grupo social, nele comportando memória individual e coletiva (TEDESCO, 2002).

Já a contribuição teórica do enfoque da história de vida, perspectiva que está na base da análise das entrevistas, corresponde à construção de relatos de narradores sobre sua existência através do tempo, com vistas a reconstituir os acontecimentos vivenciados e transmitir experiência. Isto significa que, através desta experiência narrada, delineiam-se as relações sociais com o grupo, profissão, camada social a que pertence na sociedade global, assim como suas relações com o meio ambiente (SIMPSON, 1988).

Embora a história de vida esteja, teórica e metodologicamente, orientando as entrevistas realizadas, não se trabalhou, até pela escassez do tempo, no mestrado, com a construção de histórias de vida, mas, sim, com entrevistas semi-estruturadas. A referência à história de vida, portanto, deve-se aqui à ênfase na narrativa e, nesta, ao mínimo direcionamento e imposição da problemática.

Para viabilizar o estudo sobre imaginário social de semi-árido, construí como objeto de investigação: as representações sociais ambientais de semi-árido concernentes às práticas e saberes de populações camponesas locais, orientando-me pelas seguintes questões de pesquisa: quais as representações sociais que embasam a situação de desequilíbrio ambiental no semi-árido piauiense e quais as representações sociais que apontam para o restabelecimento de uma relação sustentável entre natureza e cultura, naquele ambiente?

Como hipótese teórica, tem-se que a relação entre cultura e natureza é instituída pelo imaginário social e orientada pelas representações sociais, visto que o conhecimento sobre a natureza é empreendido socialmente, compreendido e compartilhado pelas pessoas. A forma como chega aos grupos ganha o significado de sua subjetividade, de sua realidade

⁵ Questão ambiental refere-se ao fenômeno associado aos desequilíbrios sistêmicos ocasionados pela persistência de padrões reducionistas de regulação da dimensão econômico-política da vida social e pela natureza exponencial das curvas globais de crescimento demográfico (FREIRE, 2001).

psicossociológica, afetiva e axiológica, sendo o imaginário social um sistema de interpretações aberto e fechado para a realidade social (SILVA, 2002).

Ancoradas nesta hipótese teórica, as hipóteses operacionais foram: as situações de desequilíbrio ecológico, econômico e social, vivenciadas no semi-árido piauiense, contêm estruturas que permitem estabelecer um novo equilíbrio em função da sobrevivência de elementos culturais e estruturais tradicionais, bem como pela mediação de valores de convivência com o semi-árido, via educação popular. Levando em conta que os resíduos de relação predatória com o meio ambiente semi-árido tanto se materializam nas práticas de queimadas, caça, criatório e plantio inadequados, quanto subsistem nas formas simbólicas (suave e invisível), que são representadas pelas vias da comunicação, do conhecimento e do sentimento.

Num processo de elaboração e reelaboração, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa: analisar as imagens de semi-árido que norteiam as relações entre natureza e cultura neste ecossistema, em suas dimensões éticas, simbólicas e práticas, através de um estudo de caso no semi-árido piauiense. Como objetivos específicos: conhecer o modo de vida camponesa no semi-árido piauiense, como práticas culturais; identificar e classificar os saberes ambientais de relação predatória e os de um novo equilíbrio com o meio-ambiente, o ponto de vista do discurso ambientalista, do discurso de desenvolvimento, dos mediadores que atuam na educação popular e do ponto de vista das populações locais camponesas; captar os elementos culturais tradicionais que se relacionam com a possibilidade de estabelecimento de um novo equilíbrio.

Uma Prática Intercultural de Educação Ambiental

O processo gerador da crise, ora referida, é marcado pelo encontro entre culturas, no qual uma cultura intervém numa relação entre cultura e natureza já estabelecida. Uma intervenção não no sentido de potencializar a relação já estabelecida, mas de fazer a substituição cultural da já existente, o que torna o processo violento.

O referido processo foi percebido em três temporalidades: o encontro entre as culturas indígena e colonizadora portuguesa; o encontro entre as culturas camponesa e a da maniçoba, e o encontro entre as culturas camponesa e a de preservação ambiental. Usar a palavra encontro para estes momentos é eufemizar a violência objetiva e simbólica que estrutura todo o processo.

A primeira temporalidade resulta do encontro intercultural entre nativos e colonizadores, guiado, dentre outras finalidades, pela a de limpeza étnica, de forma a permitir a instalação das fazendas de bovinos, em primeira mão, como suporte para a economia canavieira e depois como centralidade econômica. A forma de conduzir o intento resultou num obstinado processo de substituição de hegemonia cultural local, produzindo uma colossal perda demográfica e uma situação de anomia⁶ causada pela desorientação cultural produzida pelo deslocamento da cultura tradicional do seu lugar de hegemonia e pela introdução da cultura colonizadora, num caldo cultural feito com muito sangue, numa vertiginosa agonia, em que a cultura colonizadora mudava as regras e o jogo cultura-natureza (GRUZINSKI, 2003).

Os nativos que sobreviveram ao processo violento da colonização adotaram a cultura hegemônica do colonizador como forma de manter suas identidades profundamente ameaçadas, na forma de reinterpretação e ressignificação cultural, como resistência. Isto implicou, inclusive em não se reconhecer como parte da cultura original, agora ressignificada e cujos vestígios, no entanto, vão ressurgindo, na medida em que se vai consolidando a nova identidade cultural camponesa (GRUZINSKI, 2003).

⁶ Anomia aqui é utilizada no sentido de indicar uma situação de desregramento social, em que os indivíduos deixam de seguir normas compartilhadas, em que as estruturas sociais locais não conseguem fazer valer sua força, seja por encontrar outras práticas mais fortes ou por incompatibilidade com o meio (DURKHEIM, 1996).

A segunda temporalidade é a do encontro entre culturas camponesa e maniçobal⁷. O referido encontro se deu no final do século XIX, com o início da exploração da maniçoba, que surgiu no Piauí de maneira episódica (MARTINS et al, 2003), com o surgimento de oportunidade de exportação do seu produto. De fato, esta exploração teve o seu ponto alto no início do século XX, durando em torno de vinte e trinta anos, quando acontece a crise internacional do látex de origem vegetal, em função de descoberta de vários centros fornecedores na Ásia e do látex sintético, embora tenha estendido sua exploração até os anos 60, mesmo em situação de crise.

Com efeito, o desempenho da maniçoba, no contexto da economia piauiense, provocou uma tremenda corrida às regiões produtoras, o que fez ocorrer significativas intervenções na conformação do tecido social, especialmente, na composição das populações locais, que receberam grande número de migrantes, oriundos de Estados vizinhos como Bahia e Pernambuco; transformou camponeses em extratores ou comerciantes de látex da maniçoba e permitiu a “entrada de gente de fora” na estrutura de parentesco local, através dos casamentos (OLIVEIRA, 1998). É um período marcado por violência e perturbação no *habitus*⁸ que norteava as relações sociais locais e estas com a natureza, o que gerou uma situação de crise sócio-ecológica, com grande elevação da exploração do suporte natural.

Passado o *boom* da maniçoba, a atividade permaneceu em pequena escala, como parte do modo de vida dos camponeses. O período em que não estavam na roça, iam “furar maniçoba”, ou seja, a atividade se integrou ao conjunto da cultura camponesa, como complemento de renda, até se exaurir totalmente nos anos sessenta por falta de mercado consumidor, embora ainda faça parte da flora local.

O terceiro momento deste processo, aqui analisado, é o encontro entre a cultura camponesa e cultura de preservação ambiental⁹, na instituição do Parque Nacional da Serra da Capivara, criado para proteger a área por ter sido considerada de interesse arqueológico, em razão da existência de um grande número de sítios pré-históricos, que correspondem a assentamentos humanos e para proteger flora, fauna e belezas naturais (FUNDHAM, 1998).

Por se tratar de uma área de proteção integral, a criação do parque exigiu a retirada das populações locais de sua área, vedando-lhes o acesso para qualquer tipo de produção, resultando numa violação, de imediato, em caráter material e simbólico.

O processo de intervenção na relação natureza e cultura, nas três temporalidades referidas, relaciona-se com a profunda crise eco-social, em que vivem populações camponesas e meio ambiente local, no presente, marcada por conflitos sociais, problemas ecológicos, problemas econômicos, num descompasso entre suporte natural e formas de apropriação destas potencialidades. Nesse contexto, também, encontra-se o processo histórico que produziu e mantém a cultura dos flagelados da seca, presente não apenas no local investigado, mas em todo o semi-árido brasileiro e vista, historicamente, como a grande tragédia que castiga as populações semi-áridas, reduzindo-as à condição de indigentes que precisam da cesta básica para minorar a fome e de carro-pipa para o abastecimento de água. Sem dúvida, esta é uma imagem que unifica a diversidade existente do território semi-árido no Brasil e naturaliza o problema da cultura da seca, mostrando-o como provocado por forças naturais a que o ser humano não consegue enfrentar. Efetivamente, esta concepção oculta os processos provocadores da crise, sendo útil à implementação de políticas assistencialistas que têm

⁷ Cultura maniçobal aqui se refere ao contexto de extração e cultivo da maniçoba.

⁸ *Habitus* aqui entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que integra as experiências passadas e funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, tornando possível a realização de tarefas diferenciadas pela transferência analógica de esquemas, produzindo, desta forma, práticas que tendem a reproduzir as regularidades (BOURDIEU, 1994).

⁹ Cultura de preservação ambiental aqui se refere ao processo de educação ambiental introduzido com a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara.

servido para manter a histórica concentração de poder numa estrutura de Estado patrimonialista¹⁰ que agasalha os velhos e novos coronéis do sertão¹¹.

Assim, o semi-árido, desde a colonização, foi tomado como sinônimo de seca. Uma concepção que, além de parcial, ou seja, de não perceber o ecossistema em sua totalidade, com as estiagens, as cheias, o verde, o cinza, a escassez, a abundância, fauna, flora, confere uma falsa unidade ao que é rico em diversidade, desconsiderando a existência das várias especificidades dentro do bioma, o que tem levado os fazedores de políticas públicas a defini-las em forma de receituário, com a mesma estratégia e tecnologia para todo o semi-árido, desconsiderando a existência das várias especificidades de semi-árido. Além disto, retira-se das secas o seu caráter de condição ambiental, numa espécie de desnaturalização pela mistificação. Assim, as secas saem da órbita da natureza¹² para a da cultura, ou melhor, como consequência desta.

E aqui vale lembrar um outro movimento, nesse processo imaginário, no sentido de que por um mecanismo cultural se renaturaliza a seca através da demonização, o que, na verdade, também é cultural. A visão das secas como castigo de Deus dialoga com a visão edênica do colonizador português sobre as terras colonizadas. Nesse imaginário, o Brasil é o jardim do éden e o que altera as bases desta percepção é fruto do pecado. Com efeito, a visão edênica pode ser percebida desde a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, nas imagens do gentio inocente e da terra abundante:

“E, segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, **senão entender-nos**, porque tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fê, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram”.

(...)

“Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvesse vista, será tamanha que haverá nela vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia palma, muito chã e muito fremeosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, a entender olhos não podíamos ver sena terra com arvoredos, que nos parecia muito longo.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém **a terra em si é de muitos bons ares, assim**

¹⁰ Estado patrimonialista surge a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alarga a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extra-patrimoniais, passando a administrá-las como propriedade familiar ou patrimonial, gerando uma estrutura estatal que garante o acúmulo de fortunas privadas, graças aos privilégios auferidos pela elite com a proteção do Estado (WEBER, 1991)

¹¹ Sobre coronelismo no Brasil ver Faoro (1991).

¹² No debate sobre a participação humana na alteração dos climas, em se considerando uma temporalidade glacial, é corrente a concepção de que a ação humana interfere na alteração microclimática, mas não interfere na esfera macro. É, também, corrente a concepção de que o ser humano é, de fato, grande poluidor do meio ambiente e destruidor da natureza, mas não determinante das grandes alterações climáticas, que, por exemplo, resultem na constituição de ecossistema.

frios e temperados, como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas E em tal maneira é grandiosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. [grifos nossos] (CAMINHA, 1994. p. 180-181)

Como se pode ver, especialmente no segundo grifo, o imaginário edênico nasce, etnocentricamente, da comparação, por similitude, com as terras do colonizador, produzindo o equívoco de caracterizar o clima da Bahia, onde primeiro chegaram os portugueses, como temperado, o que redundou no fato de os colonizadores trazerem consigo animais, plantas, sementes, formas de cultivo e de criar, próprias do clima temperado da Europa.

As secas, portanto, negam o imaginário edênico de terra amena, sendo tomadas como se fizessem parte do pecado original¹³, por isso necessitando serem exterminadas com rezas, penitências, promessas, novenas, no plano cultural e com políticas de combate à seca, no plano político, tendo como meta extinguir a condição ambiental de seca.

A idéia de extinguir o fenômeno natural da seca é uma concepção que moveu e move pesquisas tecnológicas como, por exemplo, a que recomenda o bombardeamento das nuvens com cloreto de sódio para fazer chover, largamente divulgada pelos meios de comunicação social, como estratégia para acabar com as secas no semi-árido. Também foi esta meta que motivou a criação de órgão de governo como o Departamento Nacional de Obras **Contra a Seca** (DNOCS) [grifo nosso], ações governamentais, políticas públicas e obras de grande porte, de alto custo, sem sustentabilidade e com pouco retorno social, como as grandes barragens, os poços tubulares, os incontáveis açudes, construídos sem levar em conta as características de solo, a oferta de água subterrânea, a população beneficiária, a adequabilidade do empreendimento às condições ambientais, como o caso dos poços tubulares perfurados a custos altíssimos, geralmente em período eleitoral, em áreas de subsolo cristalino, em que a água existe em pequena quantidade, sendo salobra devido ao longo tempo de contato com sais, resultando em poços que não fornecem água ou a fornecem em qualidade não consumível.

Essa lógica da relação entre humanidade e natureza, trazida para o Brasil pela cultura européia, que se desdobra, historicamente, intensificando a relação de exploração entre natureza e cultura, na medida em que os sistemas de exploração agrícola foram-se modernizando, mantendo sempre o caráter introduzido pelos colonizadores. Desse caráter, faz parte a exploração, com fins econômicos, o que, cada vez mais, exige a intensificação do processo de exploração insustentada da natureza. Foi assim que o pau-brasil e tantas outras espécies vegetais e animais desapareceram e continuam a desaparecer. Processo semelhante aconteceu e ainda acontece com a cultura tradicional de populações indígenas, camponesas e com o modo de vida dessas populações.

A referida lógica estrutura-se como uma espécie de constelação em que os países colonizadores, e depois os industrializados, ficam no centro e os países colonizados, mais tarde os não industrializados e, atualmente, os economicamente dependentes, ficam na periferia, num esquema centro-periferia (PRESBICH, 1981), com a meta de favorecimento do centro, o que faz com que a inserção da periferia tenha um passivo. O centro apresenta-se aí como produtor de manufaturas sendo, historicamente, responsável pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, e a periferia como fornecedora de matérias-primas, em virtude de suas dotações de recursos naturais. Produziu-se, desta forma, tanto um desenvolvimento desequilibrado entre centro e periferia quanto entre o modo de produção e o ambiente (YOUNG; LUSTOSA, 2003).

¹³ A semelhança com pecado original se dá pelo fato de todos os que estão nestas terras, o semi-árido, estarem sob a mesma égide, portanto sob os desígnios do pecado original.

A chave para compreender este desenvolvimento desequilibrado está nos processos de industrialização e o progresso tecnológico, que produzem excedentes, gerados pelos ganhos de produtividade, que não são distribuídos igualmente e os danos ambientais gerados não representam passivo para nenhuma das partes, nem para o centro nem para a periferia.

Sem dúvida, no que tange à questão ambiental, pode-se dizer que, no século XIX, o mundo ocidental experimentou os primeiros reflexos do modelo desenvolvimentista da sociedade industrial, assentado no pressuposto de dois infinitos: a inesgotabilidade da matéria prima e da energia e a ilimitada capacidade da natureza de absorção dos rejeitos (DUARTE, 1983). Um modelo que desconsidera a lógica de existência da natureza, mantida pela diversidade, que, por sua vez, garante sua existência.

Como dito por Diegues (2000), a percepção dos primeiros choques entre o modelo industrial e os ecossistemas naturais fez o mundo das artes e das ciências rebuscarem os mitos do bom selvagem e o da natureza intocada, que serviram de base para o surgimento da idéia dos parques nacionais, como áreas de preservação com a exclusão de assentamentos humanos. O termo mito põe-se no sentido de uma representação simbólica que sustenta a existência de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo ser humano, numa suposição da incompatibilidade entre ação humana e conservação da natureza.

Com efeito, as raízes do mito encontram seu substrato nas grandes religiões, principalmente, a cristã. E a marca dessa concepção povoa as obras de arte do estilo Romantismo, nascido na Europa, espalhado para as Américas, com os seus heróis no modelo bom selvagem, movendo-se num espaço de natureza idealizada, intocada pela ação humana.

Sem dúvida, este ideário é parte da crise provocada pelo processo de industrialização que tornou a degradação ambiental muito mais célere e com conseqüências cada vez mais fora do controle humano. Pode-se considerar com Ferry (1994) que o acirramento da questão veio com a segunda guerra mundial, que serviu de alerta-alarme para os efeitos das chamadas sociedades urbano-industriais modernas, em função do reaproveitamento dos lixos de guerra na mecanização da agricultura, o que deu impulso aos movimentos e discursos ambientalistas.

Nesse sentido, Castells (2002) identifica uma pluralidade de movimentos ambientais que conta com os seguintes perfis: o movimento de preservação da natureza (grupo dos dez, EUA), com a identidade de amantes da natureza, elegem como adversário o desenvolvimento não-controlado, tendo como meta a vida selvagem. Um outro tipo de movimento ambiental é o de defesa do próprio espaço (não no meu quintal), que adota a identidade de comunidade local, enfrentando os agentes poluidores em defesa da qualidade de vida e da saúde. Há o movimento *Save the planet (greenpeace)*, com identidade internacionalista, luta pela causa ecológica contra o desenvolvimento global desenfreado em busca de sustentabilidade. Por fim, o autor refere-se ao movimento da política verde (*Die Grünen*), que assume a identidade de cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente e que combate o estabelecimento político com vistas a fazer oposições ao poder.

Já para Diegues (2000), os movimentos ambientalistas têm como traço característico um universo plural que conta com várias correntes, dentre elas: os preservacionistas, que defendem a separação total entre cultura e natureza, com o fito de preservar esta, dentre estes os adeptos da Ecologia Profunda¹⁴. Sua principal proposição se materializa nos parques nacionais. Uma outra corrente é formada pelos conservacionistas, cujas idéias serviram de base para o ideário da sustentabilidade, ou seja, conservar a natureza junto com a vida humana. O conservacionismo surge como crítica ao preservacionismo por seu profundo desinteresse pelos problemas sociais. Uma outra corrente é a do novo ambientalismo, produto

¹⁴ Ecologia Profunda é uma vertente do Movimento Ambientalista norte americano que se espalhou pela Europa, em defesa do amor à terra, do crescimento zero; aversão ao cosmopolitismo, ao moderno, na luta contra o capitalismo e pelos poderes locais. (FERRY, 1994).

de forças internas e externas, cruzadas com fatores sócio-políticos, cuja preocupação básica é com a qualidade de vida.

De fato, no caso em questão, a situação de crise vivenciada faz entrecruzarem-se diversos discursos ambientais. A administração do Parque Nacional da Serra da Capivara, por exemplo, denuncia um discurso mais próximo do preservacionismo.

Por seu turno, organizações não governamentais e governamentais, que atuam na área em projetos que enfrentam a situação de crise eco-social, demonstram, em seus planejamentos, uma preocupação mais centrada no ser humano do que na natureza. As linhas de ação de um projeto em curso, na área, são: gestão, iniciativas produtivas, recursos hídricos, divulgação e educação. As duas linhas que abrangem a natureza: iniciativas produtivas e recursos hídricos estão centradas nas necessidades humanas, embora leve em conta o que a natureza pode ofertar e quais são os seus limites, a meta é atingir melhor qualidade de vida para o ser humano, o que indica um distanciamento entre políticas de desenvolvimento voltadas para as populações e para o meio ambiente (comunicação oral)¹⁵

Com efeito, Castells (2002) argumenta que a questão ambiental encontra dificuldade para se inserir no cotidiano das populações. Alega que por muito tempo esteve esta restrita às elites dos países dominantes, formadas por remanescentes de uma aristocracia esmagada pela industrialização e por outros que adotavam como núcleo comunal e utópico a associação entre ecologia e anarquismo. Assumindo para si a tarefa de despertar a consciência de indivíduos poderosos, que acabariam promovendo a criação de uma legislação conservacionista ou doando suas fortunas em prol da causa da natureza. Embora havendo pioneiros como Raquel Carson, a questão ambiental só vai chegar às massas nos anos 60. Reconhece, ainda o autor, haver conflitos e desavenças no seio do movimento ambientalista, mas atribui essas ocorrências à discordância quanto às estratégias, e não por conta da idéia básica.

De forma que, apesar dos diversos movimentos ambientalistas, é possível identificar linhas de um discurso ambientalista, tais como: relação estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência e tecnologia – nasceu da revolta com a própria ciência e é um movimento com base na ciência – criticam a ciência e valem-se desta; os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica das duas expressões fundamentais e materiais da sociedade: o tempo e o espaço¹⁶; o controle sobre o tempo está em jogo na sociedade em rede e o movimento ambientalista é, provavelmente, o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária, com tempo cronológico, intemporal e glacial, que estende as preocupações das populações do presente com as populações do futuro (CASTELLS, 2002).

Por meio das lutas por apropriação da ciência, do tempo e do espaço, é que os ecologistas inspiram a criação de uma nova identidade, uma identidade biológica e social, que não implica em negação das culturas históricas, mas dificilmente poderá conviver com a identidade do estado nacional (CASTELLS, 2002).

Situar, nesse contexto, um estudo sobre imaginário social de semi-árido aponta para a necessidade de mergulhar nesta realidade para conhecer os seus processos instituidores, para isso exigindo o descortinar deste território, sua gente, seu *habitus* e a ética que conduz a relação dessa gente com a natureza.

A pesquisa de campo indica que todas as pessoas entrevistadas têm alguma relação com o parque, portanto, trata-se de uma população que passou tanto pela experiência da interdição

¹⁵Entrevista realizada na comunidade Barreiro Grande, em 30/08/2004, com Carlos Humberto Campos em nome da Cáritas Brasileira – Regional Piauí.

¹⁶ O espaço de lugares privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física. O traço distintivo da nova estrutural social, a sociedade em rede, é que a maioria dos processos dominantes, concentrando poder, riqueza e informação, é articulado nos espaços locais que ainda se concentram nos espaços locais (CASTELLS, 2002).

de uma área concebida, pelo sistema do lugar, referido, como região de caça e coleta, o centre (GODÓI, 1999). Além disto, há também aqueles que passaram pela experiência da perda da terra de moradia e trabalho ou só de trabalho. Para alguns, esta perda prejudicou suas vidas e de seus familiares, embora reconheçam a importância do parque.

De fato, as populações camponesas que viviam na área, agora de proteção integral, viraram, de fato caso de polícia: tiveram suas terras desapropriadas, muitos não foram indenizados ou foram de forma não justa, além de serem impedidos de manter a tradição camponesa de plantar, criar, coletar e caçar. Esta situação tem gerado graves problemas sociais, como conflitos que resultam em prisões; agravamento da pobreza, devido a perda de postos de trabalho, da terra, de moradia, das raízes e identidades culturais. Com efeito, ocorre um processo de profundas alterações em função de extinção de culturas tradicionais – que já haviam desenvolvido formas de relacionar-se com a natureza local, ou seja, perdas de saberes sobre a relação entre cultura e meio ambiente local. De fato, os seus saberes foram ignorados, na profunda cisão entre natureza e cultura local, operada pela instalação do parque, justificando, com isso, a ausência humana nos espaços de preservação, em relação aos quais, efetivamente, as populações locais referidas são tidas como predatórias, pela administração do parque.

Esse discurso talvez homogeneíze sob o rótulo de sociedade (local) seus vários e distintos segmentos, numa operação que não permite perceber a peculiaridade das práticas camponesas locais nem os processos de hegemonia social e cultural nos quais estas populações são subalternas. Nesse sentido, trava-se uma guerra santa entre os defensores do ambientalismo e a “sociedade local” reificada. Nesse contexto, no drama social (POMPA, 1997) do qual fazem parte as populações camponesas locais pela forma como o parque foi instituído e, especialmente, aprofunda as fraturas do tecido social comunitário, chegando a ponto de os seus próprios membros se porem uns contra os outros, em graves cisões:

Ferreira: Eu tenho um sobrinho meu que matou a irmã dele e ela [Niède Guidon] tá com ele na prisão, diz que num solta mais.

Ferreira: me diz um sobrinho meu, que é delegado de polícia, o Salvador, me disse bem aqui na noite passada que o Paulo num tá solto porque a família é muito pobre. Num tem dinheiro, se tivesse já tava solto. Já tá com três anos. E a pobre da mulherzinha dele aí lutando, trabalhando pra criar a filhinha. E ele lá pra Bom Jesus, tá preso pra lá. Ele matou ela aí dentro do parco, mas a prisão do Paulo mais é porque ele matou ela dentro do parco, ele matou a mulher dentro do parco, uma vigia do parco. Se ele queria matar, eu ia ensinar a ele como fazer, sair fora do parco, mas no parco, ave-maria, dentro da propriedade do governo, como é que pode ser solto? A mulherzinha dele passou aqui, eu perguntei pra ela “como é, tu tá com fé de ver o Paulo ainda?” ela “tou, se não morrer”. Ele era dono dessa casa, saiu por causa do acontecido, me vendeu, eu comprei. Fiz um puxado, também aqui é perto do sítio (comunicação oral)¹⁷

A cisão ou conflito entre cultura e cultura dá-se pelo choque entre a cultura urbana industrial moderna, que aparece sob a forma de cultura de preservação e cultura local, com a substituição, com força de lei, do paradigma de relação das populações locais com a natureza não humana pelos fins preservacionistas para os interesses da cultura urbano-industrial.

As cisões entre natureza e natureza são também notórias: retiram o caráter de natureza do ser humano: o ser humano deixa de ser natureza, não fazendo parte do grande ecossistema da

¹⁷ Entrevista realizada na comunidade bairro São Pedro, em 28/05/2004, com Norberto Pinto do Nascimento.

vida. A ruptura provoca a impossibilidade de buscar a integração entre natureza humana e não humana, com vistas a atingir a possibilidade de convivência entre as duas partes do ecossistema, fortalecendo a imagem das populações locais como degradadoras, destruidoras do meio ambiente, que merece ser analisada mais detidamente e mais largamente, apontando para antes da criação do parque.

A cidade de São Raimundo Nonato tinha dez lagoas, aquela barragem que tá lá, em Coronel José Dias, que na época chamavam de Várzea Grande, aquela barragem enchia que a água ficava por cima. **E o parque era completamente conservado, tinha uma vegetação de florestas** [grifo nosso], então foi isso que nos levou em setenta e oito a apresentar ao governo federal a proposta de criar um parque. Primeiro por causa dos sítios arqueológicos e segundo por conta dessa riqueza da vegetação. Então nós chamamos atenção do governo federal da importância de preservar esta floresta dentro do que era então o parque, em que tinha muitas nascentes de águas. A situação era bem diferente do que é hoje. Havia pobreza, mas não como hoje, era sempre aquilo que continua até hoje, umas famílias muitas ricas e depois a mão de obra que trabalhava para estas famílias, na verdade, como é a organização social do nordeste até hoje. Então nós fizemos este pedido e o parque foi criado em setenta e nove (comunicação oral)¹⁸.

Como se pode deduzir desse depoimento, antes da criação do parque havia uma relação com a área onde hoje é o Parque sem conflito e sem destruição entre natureza e cultura local, em que o estado de conservação da área testemunha esta relação. A área do parque não era habitada ou era pouco habitada “e sobretudo havia um povoado só dentro do parque” (comunicação oral)¹⁹. Como referido, era o espaço sagrado em oposição à área conquistada e colonizada, a morada dos seres protetores da natureza.

Aquele espaço, enquanto fez parte da tradição do véio Vitorino, permaneceu sagrado, ou seja, até a desapropriação estavam mantidas as regras do contrato sócio-natural, que fundou o sistema do lugar. As regras que determinavam a relação com aquele espaço sagrado faziam parte do patrimônio simbólico desses camponeses do sertão (GODÓI, 1998). No território conquistado, a Fazenda várzea grande, os humanos dominavam, enquanto que no centre, os humanos eram subordinados. E dessa forma estava estabelecido uma espécie de contrato de convivência.

A retirada das populações da terra rompe esse contrato sócio-natural, e, com a ruptura, vão se as regras que garantiam à área um bom estado de conservação.

“E aí o parque foi criado e foi passando um ano, dois anos, três anos e nenhum funcionário era nomeado, não acontecia nada e a população, a reação deles foi a seguinte **“ah o parque é do governo, a gente pode matar, pode queimar”** [grifo nosso]. Daí começou todo um processo de desmatamento muito grande no parque. Em oitenta e seis, houve um incêndio muito grande, por que eles iam caçar e faziam fogo para achar as caças, faziam fogueira e o vento espalhava o fogo. Houve um incêndio que durou mais de três meses, só parou por que choveu. Então houve uma degradação muito grande tanto na flora quanto na fauna, por que quando ocorre um incêndio assim os seres bióticos tudo morre” (comunicação oral)²⁰.

¹⁸ Entrevista realizada na cidade de São Raimundo Nonato, em 01/07/2004, com Niède Guidon.

¹⁹ idem.

²⁰ ibidem.

Na verdade, a criação do parque acabou por se configurar na terceira ruptura na relação entre natureza e cultura ou, no caso em apreço, no meio ambiente como um todo, se tomarmos ambiente como a sociedade toda: instituições, cultura, natureza, cidades, habitat, economia, técnica e artes, resumidamente, qualquer coisa que o ser humano cria, de que se cerca, das quais se recorda, sofre e deseje.

Essa é uma ruptura com uma tradição de saberes que permitiam a existência de relações que manteve esse ambiente até o final da década de 70 em bom estado de conservação. Isto leva a pensar que a relação estreita com as condições ambientais pelos longos anos, desde a colonização, permitiu, em certa medida, o restabelecimento de códigos dialogais entre cultura e natureza, pelos vínculos entre as pessoas e entre estas e a natureza, numa ternura da subversão e numa subversão da ternura (CASTELLS, 2002), de forma que no final da década de 70, na instituição do parque, a região foi percebida em bom estado de conservação e as pessoas que ali habitavam, numa melhorada situação de pobreza. “Havia pobreza, mas não como hoje” (comunicação oral)²¹.

Após mais uma situação de crise sócio-ecológica local, com a criação do parque no final dos anos 70, em que se entrelaçam e sobrepõem várias crises locais, somadas a uma situação de policrise mais ampla, houve a ruptura dos códigos e, mais uma vez, emergem sinais de restabelecimentos de códigos estabelecidos pelo modo de viver das populações camponesas com o suporte natural. Vislumbra-se aí uma relação que permite vida à natureza e à cultura, na configuração de um sistema auto-organizador, ou auto-eco-organizador, ou seja, autônomo/dependente em relação aos seus ecossistemas (MORIN, 2002), que pode ser percebido na forma como falam da importância do parque, inclusive já moderando problemas havidos durante o pico da crise:

Dona Isabel: comprou isso aí, desarranchou o povo de lá, mas deu dinheiro pro povo, tão tudo em São Raimundo [São Raimundo Nonato].

Sueli: e esse povo hoje tá vivendo bem?

Dona Isabel: viviam de roça, plantavam algodão, mandioca, tinha muita batata, muita fartura.

Sueli: e agora?

Dona Isabel: tão tudo bem. Disse que lá no caminho da serra, quando desce a serra num tem, eles moram lá. Fizeram um arruado, um arruado que é uma beleza. Eu passo lá só quando vou no ônibus. Aí eu enxergo (comunicação oral)²²

Ferreira: a doutora Niède é uma mulher sabida e malvada, mas ela fez uns benefício aqui bom, como a caça mesmo se ela não tem proibido a caçada aqui já era uma fome terrível e hoje não tá cheio de tudo quanto é coisa boa, nesse parco dela, mas vejo dizer que o Lula quer diminuir esse parco, mas tem um chefe aí que não aceitou diminuir o parco. Diz que é por que é muito grande. Mode a indenização, mas ele disse que vai pagar todas as custas do parco, ela gasta muito, doutora Niède gasta demais, o parco é grande. Mas ela se ela não tivesse feito isso, aqui tava uma pobreza horrível de grande. Justamente que tinha muita caça. Agora ela não deixa matar de jeito nenhum (comunicação oral)²³

Sueli: e na exploração do cal, matava, prejudicava a natureza?

Manoel Lourenço: aí acabou com a caatinga. Foi a coisa melhor que Niède fez foi acabar com isso. Proibir isso. Esse mundo era desmatado, tiraram as madeiras tudo,

²¹ Ver nota 17.

²² Entrevista realizada na comunidade bairro São Pedro, em 27/05/2004, com Isabel Neres de Oliveira .

²³Entrevista realizada na comunidade Barreiro Grande, em 01/06/2004, com José Rodrigues do Nascimento.

queimaram tudo, você andava umas 5 léguas, era tudo desmatado, pra queimar o cal (comunicação oral).²⁴

Pode-se perceber, efetivamente, que o parque começa a entrar na vida das pessoas, que demonstram saberes ambientais de preservação da natureza. Embora reconheçam os prejuízos provocados em suas vidas com a criação do parque, conseguem perceber a importância de preservar a caatinga, não caçar, numa espécie de reconhecimento dos direitos da natureza (REDCLIFF, 2002), no âmbito de uma nova condição ético-comunicativa, capaz de orientar ações de forma convergente em contextos diversos e com atores de interesses divergentes, numa ação comunicativa que orienta os membros da comunidade em direção ao entendimento e à integração (LEIS, 2001). Inclusive, no que diz respeito à relação com as condições ambientais específicas de semi-árido, demonstram conhecer melhor as possibilidades e limitações do ecossistema, sinais de desmistificação das secas e uso apropriado de estratégias de convivência com o ambiente semi-árido:

Gérson: o sol é nossa riqueza. No semi-árido, o sol por umas partes pode até atrapalhar, mas por outras não atrapalha muita coisa não. Quando tem chuva, tem que ter o sol pra controlar, mas o sol às vezes mata as plantas, mas por outro lado é bom também. Por que onde tem só inverno sem sol não produz e a gente tem que aprender a conviver com isso. Uma hora quebra, outra se recupera.

Sueli: vocês fazem aproveitamento do sol pra alguma coisa?

Gérson: sim, aqui, por exemplo, a gente cria o bode. A criação do bode não se dá com muita chuva, se não tiver o sol, não produz nada, não cria. Adoece, não dá. Então como a criação é criar bode mesmo, então o sol não atrapalha não. Desde que tenha controle, com a chuva criar o pasto e ter o sol também. A criação de bode se dá bem com o sol.

Sueli: por que você acha que tem seca?

Gérson: acho que a seca tem os fenômenos que trazem, não sei se isso mesmo. Não sei porque nuns lugares chove, noutros não. É fenômeno da natureza. Nele girar, naquelas áreas a que pertence o fenômeno acontece a seca.

Sueli: pode ser castigo de Deus?

Gérson: não, não é não. Deus não vai castigar assim todo tempo não. Pode dar um castigozinho, mas não é assim todo tempo não. É mesmo a natureza, sei que é Deus que manobra a natureza, mas a seca não é castigo de Deus não. É um fenômeno que acontece. Aqui o semi-árido vem de muitos anos, não foi criado por a gente aqui não (comunicação oral)²⁵.

Sem dúvida, pode-se perceber, nos novos discursos, indícios de estabelecimento de um novo diálogo entre cultura e natureza, como base para uma nova relação entre formas de vida humana e condições sócio-ambientais. Um diálogo que engloba e considera as relações entre ciência e saberes tradicionais locais, entre tradição e modernidade, que implica num processo de hibridação cultural, produzido por diferentes culturas, possibilitando ressignificar as identidades individuais e as sociais (LEFF, 2001).

Conclusão

Um trabalho com vistas a captar o universo das relações objetivas e subjetivas entre população e meio ambiente, especialmente, referindo-se ao imaginário social e às

²⁴ Entrevista realizada na comunidade Barreirinho, em 29/05/2004, com Manoel Lourenço Paes.

²⁵ Ver nota 45

representações sociais, através da qual os indivíduos elaboram a compreensão do seu universo, as construções do imaginário humano sobre o real, exigiu repensar de maneira constante o caráter atribuído à relação entre mundo material e simbólico, entre o objetivo e o subjetivo, entre os fatos e a respectiva compreensão destes, com ênfase no simbólico, no subjetivo para compreender as construções imaginárias a partir do material, do objetivo e dos fatos (RUSCHEINSKY, 2000).

Ver o mundo a partir do imaginário faz emergir aspectos subterrâneos que levam à compreensão da instituição do social, sua normatização, os processos de construção do tecido social ou dos tecidos sociais e, especialmente, as rugosidades do tecido social para ajustar-se às demandas do cotidiano.

O presente trabalho permitiu traçar uma trajetória que possibilitou enxergar trajetos na instituição de identidades espaciais, temporais, subjetivas e coletivas. Trajetos estes que percorreram temporalidades não apenas cronológicas, mas fundiu o espaço-tempo cronológico com o espaço-tempo mundial, na questão ambiental que enfrenta, com o espaço-tempo doméstico, as demandas familiares ante o redesenho de preservação ambiental, com o espaço-tempo da produção (como ser camponês numa área de proteção integral?), com o espaço-tempo da cidadania, a relação com um poder estatal instituído que tira o acesso à produção sem se responsabilizar pelos efeitos da sua normatização. O cruzar e o entrecruzar destes diversos trajetos permitiu enxergar um modo de vida estabelecido, numa relação com o suporte natural em situação de crise. Uma crise particular que, no entanto, entrelaça-se nos meandros do contexto crítico mais amplo.

É possível apresentar como resultados preliminares da investigação a identificação de um processo instituidor de identidades, em curso, com a agregação da matriz externa de preservação ambiental, saindo de um regime diurno do imaginário, em busca de estruturas místicas e sintéticas, ou seja, saindo do *boom* da crise e caminhando para um processo de acomodação dos elementos interventores. E junto com esse processo instituidor de novas estruturas no imaginário social, soma-se uma outra matriz, com menor visibilidade, mas já aparente, a de semi-árido em oposição à identidade de vitimização, pelas secas, do sertanejo nordestino.

Bibliografia

- BECK, U. In: GIDDES, A. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**, São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-71
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo ; Companhia das Letras, 2003. 484 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 1996. 361 p.
- CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta. In: CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Literatura História & texto**. São Paulo : Editora Saraiva, 1994. p. 180-181.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade – A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002. 530 p.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. 418 p.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo : Hucitec, 1996. 169 p.
- _____. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da Natureza** São Paulo : HUCITEC. 2000. 209 p.
- DUARTE, R. Aspectos éticos da questão ecológica. In: DUARTE, R. (org.) **Ecologia e Cultura**. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1983. p. 9-26.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 551 p.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: Estudo Sociológico**, Lisboa: Editorial Presença, 1996. 286 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1991. 913 p.

FERREIRA, M. M. AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : FGV, 1996. 277 p.

FERRY, L. In:----- **A Nova Ordem Ecológica**. - São Paulo : Ensaio, 1994. 193 p.

FUMDHAM. **Parque Nacional da Serra da Capivara**. São Raimundo Nonato : Fumdhm, 1998. 94 p.

FREIRE, P. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, J. E.; et all. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p.45-98.

FRIEDMAN, Jonathan. Ser no mundo: globalização e localização. In: Feathrstone (org). **Cultura Global (Nacionalismo, globalização e modernidade)**. Petrópolis : Vozes, 1994, 1999. p.329-348.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória – Cotidiano e História no sertão do Piauí**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1999. 165 p.

----- **O Sistema do Lugar: história, território e memória do sertão**. In: **Além dos Territórios para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, Mercado das Letras, 1998. p. 97-132.

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário – Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México Espanhol**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003. 463 p.

GUIVANT, J. S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, J. E.; et all. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 99-133.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental- Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petróplis, Vozes, PNUMA, 2001. 343 p.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, J. E.; et all. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos – o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2000. 323 p.

MARTINS et al. **Piauí – Evolução Realidade Desenvolvimento**. Teresina : Fundação CEPRO, 2003. 288 p.

MORAIS, R. A realidade da cultura. In: -----**Estudos da filosofia da cultura**, São Paulo: Loyola, 1992. p. 19-34.

MORIN, Edgar. A agonia planetária. In: **Terra Pátria**. Porto Alegre : Sulino, 2002. p. 65-98.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Os maníobeiros do sudeste do Piauí. In: **FUMDHAM. FUMDHAMentos II**. São Raimundo Nonato : FMHA/Centro Cultural Sérgio Mota, 2002. p. 66-84.

PRESBICH, Raúl. **Capitalismo periférico, crisis y transformación**. México, DF : Fondo da Cultura Econômica, 1981. 344 p.

REDCCLIFF, M. R. **Pós-Sustentabilidade e os Novos Discursos de Sustentabilidade**. Campina Grande, vol. 21, n. 1.jan/jun/2002. p. 124-136.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação Ambiental: A Produção do Sujeito e a Questão Das Representações Sociais**. Revista Eletrônica do Mestrado Ambiental, Porto Alegre, Volume 4, out/nov/dez de 2000. <www.sf.dfis.furg.br/mea/rema/indvol4.htm>. Acesso em 13 out de 2002.

SANTOS, B. S. Globalização Cultural ou Cultura Global? In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo : Cortez, 2001. p. 44-48.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Brasília [s.n.], 2002. 303 p.

SILVA, Sérgio. **As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política – um estudo da política e da identidade da vida cotidiana**. <www.ufpe.br/eso/revistat/camposimbol.html>. Acesso em 02 out. 2002.

SIMPSON, O. M. V. (org.) **Experimentos com história de vida** (Itália-Brasil) São Paulo : Vértice, 1988. 195 p.

TEDESCO, J. C. **Revivendo o ontem no tempo e no espaço dos de hoje**. In: ----- (org.). Usos de memórias (política, educação e identidade) Passo Fundo : UPF, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do Passado. História Oral**. Paz e Terra : Rio de Janeiro, 1998. 388 p.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação. In: COHN, Gabriel. (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p.128-141.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **A questão ambiental no esquema centro-periferia**. Rio de Janeiro : ANPEC, 2003. 17 p.